

■ RECURSOS EM JOGO

Com placar de 5 a 4 contra as emendas de relator, Corte suspende o julgamento, que será retomado na segunda. Por ora, único consenso é que falta transparência na prática atual

SUPREMO ADIA DECISÃO SOBRE ORÇAMENTO SECRETO



Plenário do Supremo Tribunal Federal durante a sessão de ontem: faltam os votos de Gilmar Mendes e Lewandowski, que pediu a suspensão "devido à complexidade da matéria"

JOSE MARQUES E RENATO MACHADO

Brasília (Folhapress) – Com cinco votos pela inconstitucionalidade das emendas de relator e quatro pela manutenção do mecanismo desde que sejam cumpridas uma série de regras, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento que tratava do tema ontem. Ainda faltam votar os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Lewandowski pediu a suspensão "devido à complexidade da matéria" e por causa do projeto que tramita no Congresso que impõe mudanças às emendas. O julgamento será retomado na segunda-feira (19/12), às 10h. É a última sessão do ano antes do recesso do Judiciário e, tradicionalmente, não costuma ter votação. Sem formar maioria, o único consenso entre os magistrados é de que falta transparência à prática atual. Ontem, André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli discordaram da ministra Rosa Weber no julgamento das ações contra as emendas de relator. Embora tenham apresentado votos diferentes, os quatro entendem que é possível a continuidade das emendas de relator, mas com a obrigação de que sejam garantidos os mesmos critérios de transparência e controle de outros tipos de emendas legislativas previstas na Constituição. Alexandre

de Moraes apresentou um voto mais intermediário, que também defende que as emendas obedecem ao critério de proporcionalidade das bancadas do Congresso. Toffoli foi além, e defendeu que uma série de regras seja estabelecida para o uso dessas emendas. Ele propôs, por exemplo, o Executivo publique, anualmente, a relação de programas estratégicos e projetos prioritários nos quais devem ser alocadas as emendas. Cármen Lúcia, Luiz Fux, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, porém, seguiram integralmente a ministra de forma contrária ao uso das emendas de relator para atender a pedidos do Congresso e de pessoas externas. O ministro André Mendonça foi o primeiro a votar ontem. Ele entende que as emendas são constitucionais desde que sejam transparentes e possíveis de fiscalizar, assim como Kassio Nunes Marques, Mendonça e Kassio foram indicados ao tribunal pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). As emendas de relator são um instrumento que tem sido usado para barganhas políticas entre o Congresso e o governo federal. Na quarta-feira, a presidente do Supremo e relatora de quatro ações contra as emendas de relator, Rosa Weber, votou por vedar o uso das emendas de relator para atender a solicitações de parlamentares ou de pessoas externas ao Congresso. André Mendonça, primeiro a

apresentar o seu voto ontem, defendeu que em 60 dias o Congresso e o governo federal normatizem as emendas de relator de modo que fique explícitos os motivos para fixar o volume de recursos destinados ao mecanismo e os critérios de rateio entre as duas Casas do Legislativo. Também quer que sejam garantidas às emendas de relator "o mesmo nível de transparência e controle" das emendas individuais e de bancadas. Segundo ele, houve "omissão parcial" do poder público ao não obedecer à regulação das emendas em 2021 e 2022. Entendo ser dever dos arguidos (Congresso e Executivo) promover modificações em seus procedimentos com a finalidade de garantir as emendas do relator geral similar níveis de garantia de transparência e publicidade presentes nos ideais regulatórios contrariados nas emendas impositivas, tanto individuais como de bancada", disse Mendonça ao ler seu voto. Essa é a última sessão de votação prevista para este ano antes do recesso do Judiciário, que começa no próximo dia 20. Rosa Weber é a relatora das quatro ações apresentadas por PSB, PSOL, Cidadania e PV contrárias às emendas. O julgamento começou no último dia 7, quando Câmara, Senado, governo Jair Bolsonaro (PL) e Procuradoria-Geral da República (PGF) se uniram em defesa das emendas de relator em meio à análise do Supremo Tribunal Federal (STF) so-

bre essa forma de distribuição de recursos orçamentários. Já Rosa, a primeira ministra a votar, defendeu que as emendas só possam ser usadas para fins restritos, previsto na Constituição, de correção de erros ou omissões. "DESEQUILÍBRIO" Ao votar, a ministra disse que o uso das emendas não está de acordo com princípios constitucionais e que elas violam a separação de Poderes e o direito à informação. Afirma ainda que o instrumento desequilibra o processo democrático. Para a ministra, são incompatíveis com a Constituição "as práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado 'esquema do orçamento secreto', consistentes no uso indevido de emendas do relator-geral do orçamento". Ela votou para determinar que os órgãos da administração pública que usaram recursos das emendas de relator entre 2020 e 2022 publiquem em até 90 dias os dados referentes às obras e compras realizadas com as verbas, assim como identifiquem quem solicitou e foi beneficiado "de modo acessível, claro e fidedigno". Também quer que ministros de Estado que foram beneficiados com os recursos orientem a execução dessas quantias para programas e projetos existentes em suas áreas, em vez de vincularem às indicações feitas pelos parlamentares. Em 2021, Rosa Weber determinou a suspensão do uso das

emendas. Ela recuou da decisão um mês depois, após o Congresso apresentar uma série de medidas para dar mais transparência às emendas. USO DAS VERBAS No governo Jair Bolsonaro (PL), as emendas de relator foram usadas para destinar bilhões de reais em verbas do Orçamento da União para bases eleitorais de deputados e senadores, com pouca transparência e sem critérios claros para distribuição do dinheiro. Essas emendas foram criticadas na campanha por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas viraram um instrumento de pressão nas negociações para a formação da base do futuro governo e para a aprovação da PEC da Transição. O Congresso Nacional deveria votar em sessão oitenta um projeto de resolução que previa distribuição das emendas de relator-geral de maneira proporcional ao tamanho das bancadas. No entanto, por falta de acordo e à espera da decisão do STF, os parlamentares decidiram adiar a votação, que agora deve ocorrer na próxima terça-feira. A medida era uma sinalização do Congresso ao Supremo, para tentar esvaziar eventuais questionamentos às emendas de relator-geral. A proposta ainda mantém nas mãos da Cúpula do Congresso o controle sobre parte desses recursos. As mesas da Câmara e do Senado controlam, cada uma, cerca de R\$ 1,45 bilhão.

O VOTO DE CADA UM

- ROSA WEBER**
 - Relatora do processo, ela votou como inconstitucional o orçamento secreto
- ANDRÉ MENDONÇA**
 - Divergiu da relatora e argumentou que o orçamento secreto é constitucional, mas disse que a distribuição de recursos precisa seguir os mesmos regras de transparência do orçamento.
- NUNES MARQUES**
 - Divergiu da relatora e entendeu que as emendas são constitucionais. Também afirmou que é necessário transparência nos dados.
- ALEXANDRE DE MORAES**
 - Apresentou um "voto médio". No entendimento dele, passaria a aplicar o procedimento da RPE (emendas individuais). Na prática, mantém o dinheiro à disposição do parlamento, mas fixa total transparência e o critério proporcional na distribuição dos recursos.
- EDSON FACHIN**
 - Acompanhou a ministra Rosa Weber e criticou falta de transparência
- LUÍS ROBERTO BARROSO**
 - Votou com a relatora. Para ele, falta transparência e o volume de dinheiro destinado às emendas de relator fere o princípio de separação de Poderes e retoma o que ele chamou de "toma lá, dá cá".
- LUÍZ FUX**
 - Acompanhou Weber e elogiou o relatório. "Não deixou pedra sobre pedra", disse.
- DIAS TOFFOLI**
 - Votou em sentido parecido com Alexandre de Moraes. Para ele, o orçamento é constitucional, mas faltam critérios de transparência.
- CÁRMEN LÚCIA**
 - Acompanhou o relatório de Rosa Weber
- RICARDO LEWANDOWSKI**
 - Pediu mais tempo para analisar o ação
- GILMAR MENDES**
 - Acompanhou o entendimento de Lewandowski e sugeriu que o julgamento fosse retomado na segunda-feira